



Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)				
ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado
		2023	2022	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	7.352	11.841	11.955
Contas a receber	9	61.171	40.035	40.035
Estoques	10	25.695	32.449	32.449
Impostos a recuperar	11	20.052	32.779	32.780
Outros créditos		2.940	1.564	470
Ativo destinado a vendas		9.269	470	1.564
Total ativo circulante		115.515	119.198	119.365
Não circulante				
Impostos a recuperar		3.409	3.781	3.781
Depósitos judiciais		165	156	156
Outros créditos		3.443	3.705	3.705
Imposto de renda e contribuição social diferidas	12	27.951	26.785	26.786
Investimentos	13	1.024	1.087	1.058
Direito de uso de ativos	14	13.753	6.307	6.307
Imobilizado	15	55.535	66.570	66.575
Intangível	16	31.097	31.280	31.280
Total ativo não circulante		136.377	138.967	138.944

Total do ativo **251.892** **258.165** **258.309**

As notas explicativas da Direção são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	70.000	6.777	2.753	17.136	-	(12.868)	83.798
Redução de capital	(951)	-	-	-	-	-	(951)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(6.174)	(6.174)
Destinação:							
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(1.906)	(17.136)	-	-	(19.042)
Saldos 31 de dezembro de 2022	69.049	6.777	847	-	-	284	76.673
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	284	284
Constituição de reserva de legal	-	-	14	-	-	-	(14)
Constituição de reserva de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	270	-	(270)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	69.049	6.777	861	-	270	-	76.957

As notas explicativas da Direção são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Contexto Operacional: A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é a Av. Antonia Aelfeldner, nº 705, Jardim Santa Antonieta, no município de Marília, Estado de São Paulo. A Companhia está envolvida primariamente na fabricação e comercialização de produtos à base de chocolate como marshmallows, barras de chocolates, candy bar, snacks como pipocas pretas e linha de leites e derivados, atendendo a todo o mercado nacional e exportando para diversos países. A Companhia tinha também por objeto investir em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista, podendo exercer ou não as funções de gestão e Diretoria de negócios de referidas Companhias. No entanto, no decorrer do exercício de 2023 a controlada Bel Logística foi extinta por liquidação voluntária, por entender que a Companhia não atendia mais as operações estratégicas da Companhia.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: a. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações contábeis foram autorizadas pela diretoria em 24 de maio de 2024. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentados na Nota Explicativa nº 6.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações contábeis a Diretoria da Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira crítica e as estimativas são reconhecidas prospectivamente quando há evidências sobre as informações sobre as premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 9 – Contas a receber de clientes (mensuração de perda estimada em créditos de liquidação duvidosa para contas a receber); • Nota Explicativa nº 10 – Estoques (provisão para perdas em estoques); • Nota Explicativa nº 13 – Imobilizado (valor residual, vida útil e teste de redução ao valor recuperável); principais premissas em relação ao valor residual, vida útil e valores recuperáveis); • Nota Explicativa nº 20 – Provisão para contingências (reconhecimento e mensuração de provisões e contingências premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); • Nota Explicativa nº 28 – Instrumentos financeiros (mensuração do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros). **b) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Diretoria revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como análises de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Diretoria também as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos para a mensuração de valor justo no hierarquia do valor justo em que tais avaliações devam ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços ou indiretamente (derivado de preços)); e • Nível 3 – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transações entre níveis de valor justo no final de cada período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

5. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e

6. Principais políticas contábeis: As principais políticas aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **a. Base de consolidação e investimentos em controladas:** Controladas são aquelas entidades nas quais a Companhia detém o controle, e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida. As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 consideram o seguinte:

Participação no capital	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Bel Logística Ltda.	-	-	99,99%	-

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir da soma/diferença dos balanços patrimoniais e os resultados individuais das Companhias, ajustados pela eliminação dos saldos das contas de ativos, passivos e resultados decorrentes de transações entre elas. Ao decorrer do exercício de 2023 a controlada Bel Logística foi extinta por liquidação voluntária, por entender que a Companhia não atendia mais as operações estratégicas da Companhia. **b. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualificado a custo como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as condições de mercado e as informações de mercado que possibilitam tal cálculo. **d. Contas a receber e outros créditos:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor nominal dos títulos, ajustados a valor presente, quando aplicável. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na análise do contas a receber e em montante considerado suficiente pela Diretoria para cobrir prováveis perdas na sua realização. **e. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é calculado pelo custo médio de produção. No caso dos estoques manufaturados e dos produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de produção baseado na capacidade operacional normal. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no custo menos os custos deduzidos dos custos estimados de produção e os custos estimados necessários para afetar a venda. A provisão para obsolescência é contabilizada levando-se em conta parâmetros predefinidos que consideram o prazo de permanência dos itens e extensão e projeção de utilização destes estoques. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **f. Impostos a recuperar:** A Companhia possui créditos fiscais, estaduais e federais, que estão contabilizados no ativo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização. **g. Ativos destinados a vendas:** Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o preço justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocado ao ativo, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado e propriedade para investimento, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensuração subsequentes, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizados são depreciados, a qualificação de ativos intangíveis e imobilizados mensurados pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método **h. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **A Companhia como arrendatário:** A Companhia aplica uma análise abrangendo o reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e direito de uso de juro implícito no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juro e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **i. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado não são passíveis de avaliação, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos sub-**

ZD Alimentos S.A.

CNPJ nº 56.073.307/0001-79
Demonstrações Financeiras

Demonstrações do resultado individuais e consolidados				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)	Notas	Controladora		Consolidado
		2023	2022	
Receita operacional líquida	25	5172,20	560,987	568,382
(-)-Custo das vendas		(4.126,59)	(462,335)	(474,777)
Lucro bruto		1045,62	98,482	98,305
Despesas de vendas	26	(68,016)	(70,773)	(78,143)
Despesas gerais e administrativas	26	(15,679)	(15,837)	(15,837)
Outras receitas (despesas) operacionais	26	(11,001)	3,893	3,892
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(238)	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		16,219	10,197	10,217
Resultado financeiro líquido	(16,250)	(20,041)	(20,051)	(20,051)
Resultado antes do IRPJ e do CSLL		(31)	(9,844)	(9,844)
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	12	(852)	(1,146)	(1,146)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	12	1,167	4,816	4,816
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		284	(6,174)	(6,174)

As notas explicativas da Direção são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	284	(6,174)	(6,174)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	284	(6,174)	(6,174)

As notas explicativas da Direção são parte integrante das demonstrações contábeis.

surado ao VJR. • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** A Companhia mensura ganhos e perdas subsequentes a primeira avaliação da seguinte forma:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado, exceto para eventuais instrumentos designados como instrumentos de Hedge
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é ajustado por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos, estes ativos não são desreconhecidos. Passivos financeiros: Já para os passivos financeiros, a Companhia desreconhece quando a obrigação contratual se extingue, cancelando o seu passivo. O passivo desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa de termos modificados são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. a. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente exigível de receber o valor justo de um ativo financeiro e um passivo financeiro baseado (ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente). v. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, taxa de juros e variação dos preços de commodities agrícolas. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Companhia desreconhece os derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa resultantes de transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros. No início das relações de hedge designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente. Derivativos embutidos separáveis: Variações no valor justo dos derivativos embutidos são registradas no resultado. Derivativos não separáveis: Os outros derivativos não mantidos para negociação: Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de hedge que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado. w. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • a restrição de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/receitação judicial; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda por valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda por redução ao valor justo, mas não tendo sido inicialmente identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda por redução ao valor justo. Outros derivativos não mantidos para negociação: Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de hedge que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado. w. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • a restrição de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/receitação judicial; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda por valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda por redução ao valor justo, mas não tendo sido inicialmente identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda por redução ao valor justo. Outros derivativos não mantidos para negociação: Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de hedge que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado. w. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • a restrição de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/receitação judicial; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda por valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda por redução ao valor justo, mas não tendo sido inicialmente identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda por redução ao valor justo. Outros derivativos não mantidos para negociação: Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de hedge que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado. w. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • a restrição de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/receitação judicial; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda por valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda por redução ao valor justo, mas não tendo sido inicialmente identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda por redução ao valor justo. Outros derivativos não mantidos para negociação: Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de hedge que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado. w. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • a restrição de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/receitação judicial; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda por valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda por redução ao valor justo, mas não tendo sido inicialmente identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda por redução ao valor justo. Outros derivativos não mantidos para negociação: Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de hedge que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado. w. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • a restrição de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/receitação judicial; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda por valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda por redução ao valor justo, mas não tendo sido inicialmente identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda por redução ao valor justo. Outros derivativos não mantidos para negociação: Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de hedge que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado. w. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • a restrição de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/receitação judicial; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda por valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda por redução ao valor justo, mas não tendo sido inicialmente identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda por redução ao valor justo. Outros derivativos não mantidos para negociação: Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de hedge que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado. w. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • a restrição de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/receitação judicial; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda por valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda por redução ao valor justo, mas não tendo sido inicialmente identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda por redução ao valor justo. Outros derivativos não mantidos para negociação: Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de hedge que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado. w. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • a restrição de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/receitação judicial; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda por valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda por redução ao valor justo, mas não tendo sido inicialmente identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda por redução ao valor justo. Outros derivativos não mantidos para negociação: Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de hedge que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado. w. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equival

...continuação

social até 2027, principalmente por perspectiva de negociação de ativos destinados a venda. A legislação prevê um limite para compensação de 30% do valor devido a recolher por exercício. A Diretoria da Companhia considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, se realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. Com base nessa estimativa a compensação do saldo está estimada da seguinte forma:

Ano de compensação	Valor
2024	10.846
2025	4.869
2026	4.526
2027	7.710
	27.951

b. Imposto de renda e contribuição social – reconciliação da alíquota efetiva: A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas com imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro (prejuízo) contábil antes do IR e CS	(31)	(9.844)	(9.844)	-
(+) Adições permanentes	-	-	-	-
(-) Adições temporárias	402	162	162	-
(-) Exclusões permanentes	-	(242)	(242)	-
(-) Exclusões temporárias	(1.298)	(870)	(870)	-
Lucro (prejuízo) fiscal antes das compensações de prejuízos	(927)	(10.794)	(10.794)	-
(-) Compensação de prejuízos fiscais	-	-	-	-
Lucro fiscal	(927)	(10.794)	(10.794)	-
Taxa nominal combinada 25% de IRPJ e 9% CSLL	34%	34%	34%	-
Subtotal imposto de renda e contribuição social	315	3.670	3.670	-
Imposto de Renda e Contribuição social - sobre o lucro corrente	(852)	(11.146)	(11.146)	-
Imposto de Renda e Contribuição social - diferidos	1.167	4.916	4.916	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Taxa efetiva	315	3.670	3.670	-
	-34%	-34%	-34%	-

13. Investimento

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Bel Logística Ltda.	-	29	-	-
Outros	1.024	1.058	1.058	-
	1.024	1.087	1.058	-

A movimentação dos investimentos e provisão para perda em investimentos, apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, é como segue:

	Bel Logística Ltda.		Outros		Total
	2023	2022	2023	2022	
Percentual de participação	-	-	99,99%	-	(a)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	267	649	916	-	916
Equivalência patrimonial	(238)	-	(1.258)	-	-
Aquisição de investimentos	-	409	409	-	409
Saldos em 31 de dezembro de 2022	29	1.058	1.087	-	1.087
Equivalência patrimonial	-	(34)	(34)	-	-
Baixa de investimentos	(29)	-	(29)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(29)	(34)	(63)	-	(63)

(a) Refere-se a compra de cotas de participação de cooperativas Sicob, tendo em vista a abertura de conta corrente para captação de financiamento.

14. Direito de uso de ativos e Passivo de Arrendamento – Controladora e Consolidado

a. Direito de uso de ativos

	Controladora e Consolidado		
	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ativo de direito de uso
31 de dezembro de 2021	1.116	5.266	6.382
Remensuração	-	1.689	1.689
Amortização	(896)	(269)	(1.165)
31 de dezembro de 2022	220	6.086	6.307
Remensuração	9.127	468	9.595
Amortização	(1.337)	(811)	(2.148)
31 de dezembro de 2023	8.010	5.743	13.753

b. Passivo de arrendamento

	Controladora e Consolidado		
	Saldo dos compromissos de arrendamento	Ajuste a valor presente do arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento mercantil
Adoção em 1º de janeiro de 2021	9.282	(2.900)	6.382
Atualização contratual	1.689	-	1.689
Pagamentos efetuados	(1.765)	-	(1.765)
Apropriação encargos financeiros	-	-	-
31 de dezembro de 2022	9.206	(2.900)	6.306
Atualização contratual	10.907	-	10.907
Pagamentos efetuados	(3.460)	-	(3.460)
Apropriação encargos financeiros	-	-	-
31 de dezembro de 2023	16.653	(2.900)	13.753

Arrendamentos a pagar circulante 2.148
Arrendamentos a pagar não circulante 11.605

15. Imobilizado

a. Composição dos saldos atribuível a controladora

	Taxa de depreciação		2023		2022	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Terenos	0%	4.647	-	4.647	13.446	-
Edificações	3,84 a 4,00%	25.428	(3.877)	21.551	22.033	-
Máquinas e equipamentos	4,66% a 10%	66.951	(41.353)	25.598	27.005	-
Móveis e utensílios	5,26% a 10%	3.484	(1.240)	2.244	4.004	-
Veículos	5,00 a 20,000%	84	(84)	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	1.525	-	1.525	1.683	-
		102.120	(46.584)	55.535	66.570	-

b. Movimentação do imobilizado atribuível a controladora

	2022		2023		
	Líquido	Adições	Baixas	Transf. Deprec.	
Terenos	13.446	-	(8.799)	-	4.647
Edificações	22.033	426	-	(908)	21.551
Máquinas e equipamentos	27.004	142	(344)	1.107	25.568
Móveis e utensílios	2.405	-	(6)	(155)	2.244
Veículos	-	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	1.682	1.125	(176)	(1.107)	1.525
	66.570	1.693	(9.375)	(3.395)	55.535

Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment): O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Diretoria não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de impairment. Garantias: Na data de levantamento das demonstrações contábeis, existem máquinas com valor residual de R\$ 4.178 (R\$ 4.950 em 2022) estão sujeitas a alienação fiduciária para garantir empréstimos bancários.

16. Intangível

a. Composição dos saldos

	Taxa de amortização		2023		2022	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Ágio	0%	21.077	-	21.077	21.077	-
Marcas e patentes	0%	8.734	-	8.734	8.734	-
Softwares	5,00 a 20,00%	2.129	(899)	1.230	1.413	-
Intangível em andamento	-	56	-	56	56	-
		31.996	(899)	31.097	31.280	-

b. Movimentação do imobilizado

	2022		2023	
	Líquido	Adições	Amortização	Líquido
Ágio	21.077	-	-	21.077
Marcas e patentes	8.734	-	-	8.734
Softwares	1.413	14	(197)	1.230
Intangível em andamento	56	-	-	56
	31.280	14	(197)	31.097

Ágio: O montante registrado corresponde ao ágio (goodwill) apurado na aquisição da Mucca do Brasil S.A. e Laticínios Nituano S.A. em 1 de agosto de 2017, no montante de R\$ 12.115; essas controladas foram incorporadas pela Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Após a avaliação efetuada pela Diretoria concluiu-se pela não necessidade de constituição de provisão para perdas (impairment) em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

17. Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Bens e serviços	30.082	30.056	29.959	-
Partes relacionadas (nota 23)	106	106	-	-
	30.188	30.162	29.959	-

DIRETORIA

Stenio Dedemo - Diretor Presidente

Eloizi Cristina Dedemo Ferraz - Diretora Vice-Presidente de Mercado

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Outros assuntos: Auditoria do exercício anterior: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins comparativos. Os exames das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram seu relatório de auditoria em 30 de maio de 2023 sem modificações. Nossa opinião não contém ressalvas a respeito desse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nosso objetivo não obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis

utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 24 de maio de 2024.

BDO
BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. Josnei Francisco Dagort
CRC 2 SP 013846/O-1 Contador CRC 1 PR 054.116/O-8 – S – SP

ZD Alimentos S.A. - CNPJ nº 56.073.307/0001-77

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

O Grupo optou pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o montante total de operações e outras contas a pagar em 31 de dezembro de 2023, tendo em vista o prazo de realização, o qual não é extenso.

18. Fornecedores risco sacado: A companhia possui convênio com as instituições financeiras Itaú, Bradesco e Daycoval, que a possibilita que seus fornecedores realizem antecipação de seus recebíveis com desconto sobre o valor de face, mediante assinatura de termo de adesão. Nesses convênios, os fornecedores podem optar por receber antecipadamente total dos títulos ou parte deles que são devidos pela Companhia, mediante autorização da mesma. A decisão de aderir a esses convênios e solicitar a antecipação é única e exclusiva de cada fornecedor. Em linhas gerais o convênio não altera as características e condições comerciais, prazo e preço previamente acordadas entre as partes e por esse motivo os saldos foram mantidos na rubrica de fornecedores. No entanto, com um fornecedor específico a Companhia possui um acordo prévio que disponibiliza a operação de risco sacado o fornecedor concede um prazo adicional para o pagamento de dias, sem acréscimo de encargos financeiros. Essas condições já são previamente estabelecidas no ato da compra, dessa forma, não há nenhuma alteração de valores e prazos desses títulos quando são negociados junto as instituições financeiras. Durante o exercício de 2023 a taxa média ficou em 1,31%, a.m. praticada pelas instituições financeiras. A companhia não recebeu nenhum valor de comissionamento pelas operações realizadas. A movimentação da operação do risco sacado está apresentada a seguir:

Modalidade	Pagamento principal		Pagamento juros		Aquisições		2023			
	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023		
Risco sacado	8.054	(28.405)	(377)	30.530	9.802	8.054	(28.405)	(377)	30.530	9.802

19. Empréstimos e financiamentos: Os montantes devidos, termos e prazos para cada modalidade de empréstimos são apresentados a seguir:

Modalidade	Taxes		Garantias		2023		2022	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Empréstimo em moeda nacional								
Financ. Garantia Preço Produtor (FGPP)	5,00% a 7,42% e 21,0% do CDI	Aval	-	1.589	-	1.589	-	1.589
Capital de Giro	5,61% a 10,35%	Duplicatas e aval	18.805	44.553	18.805	44.553	-	-
Finame – BNDES	3% a 11%	masquinhos	1.864	10.906	1.864	10.906	-	-
Crédito Rural	CDI+5,28% a CDI+5,557	N/A	-	1.324	-	1.324	-	-
Capital de Giro	5,61% a 10,35%	Duplicatas e aval	6.016	3.694	6.016	3.694	-	-
Capital de Giro	CDI+5,61%	Duplicatas e aval	2.160	-	2.160	-	-	-
Capital de Giro	CDI+5,025% a 19,53% a.a.	Duplicatas e aval	29.548	-	29.548	-	-	-

Empréstimo em moeda estrangeira

Nota de Crédito à Exportação (NCE)	CDI + 1,51% a 10,17%	Cambias	9.336	18.088	9.336	18.088	-	-
ACC	8,22% a 8,35%	Cambias	-	1.960	-	1.960	-	-
Financiamento a importação (FINIMP)	6,2% a 8,35%	Aval	-	3.190	-	3.190	-	-
Cédula de Crédito à Exportação (CCE)	5,25%	cambias	9.906	5.186	9.906	5.186	-	-
			77.515	90.470	77.515	90.470	-	-

Não circulante 30.579 51.966
Circulante 46.936 38.506

Vencimentos: As parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos têm seus vencimentos distribuídos conforme tabela abaixo.

	2023	2022
2024	-	19.316
2025	23.546	14.620
2026	17.821	4.569
2027	5.569	-
	46.936	38.506

Resumo da movimentação

	2023	2022
Saldo Inicial	90.470	87.886
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	-	-
Captação de novos empréstimos	74.511	55.175
Pagamento de principal	(84.446)	(54.466)
Pagamento de juros	(29.575)	(13.471)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	-	-
Apropriação de juros	26.641	15.040
Varição cambial	(86)	(59)
Saldo final	77.515	90.470

Cobranças/garantias: A Companhia e os devedores solidários se responsabilizam pelo pontual pagamento dos títulos, obrigando-se ao pagamento do principal, juros, multa e demais encargos relativos a cada direito de crédito. **Compromissos (covenants):** A Companhia não possui contrato de empréstimos e financiamentos com cláusula de compromisso financeiro (covenants). **Garantias:** Na data de levantamento das demonstrações contábeis, havia empréstimos e financiamentos garantidos por máquinas com valor residual de R\$ 4.178 (R\$ 4.950 em 2022) e haviam também um montante de duplicatas me garantias no total de R\$ 39.158 (R\$ 37.481 em 2022), e estão sujeitas a alienação fiduciária para garantir empréstimos bancários.

20. Provisões e encargos trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisões para férias	2.800	2.990	2.990	-
Participação nos lucros	597	334	337	-
INSS	617	774	774	-
FGTS	195	236	236	-
Outras obrigações a pagar	500	300	300	-
	4.709	4.634	4.642	-

21. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ICMS substituição tributária a pagar	1.835	3.790	3.790	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Imposto de renda retido	285	281	281	-
ICMS - PPI a pagar	242	559	559	-
IPI a pagar	373	474	474	-
Outras obrigações	422	267	267	-
	3.157	5.471	5.471	-

Parcelamentos

PERT (i)	2.920	3.129	3.129	-
Parcelamentos Estaduais	10.101	12.957	13.009	-
Parcelamentos Federais	1.501	2.189	2.262	-
	14.522	18.275		